

杯 18

FICHADO



SENADO FEDERAL

PROJETO
De Lei do S.F.

N.º 9, de 1948

Arquie - pr.
Box 27-3-50
J. Sabat

Redacted
4. AA.48

Ata
20.1.49

EMENTA: Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.

DISTRIBUIÇÃO

Apresentado pela Comissão Mista de Leis Complementares, em 6.2.48

A Comissão de Constituição e Justiça, em 13.2.48

No. 10. August 1888
Em. 4-11648

ANDAMENTO

Retirado da ordem do dia em 13.2.48, a requeri-
mento do Sr. Tiro d'Aguiar. *42 27/48*

À Comissão de Constituição e Justiça.
 Sr. Sen. Ruy Miranda e Mendes, etc.
 L. Y. Y. Y.

Barcos n.º 716 lida em 24 8 48

Em 2.9.48 discussão acentuada e volta à Comissão em virtude de emendas.

To Mr. Sumner Verguine and Underley on 6-9-98

Parce n. 1.153, lido em 18.10.48

Reunião e votação por Jacta de São 22.10.18

Em 25.10.48 é aprovado o projeto e repetidas
todas as emendas.

A' Comissão de Redacção de Leis

Parecer nº 6 - Lido em 24.1.49. Aprovada a redação final em 24.1.49. Ao Excdiente das atas a Câmara.

Imp. Nacional — 2205

24-1-49

Julius Rosenberg

Tandu en 14.8.48. A' Leg. de Con! en 20.8.48.

Tandu sobe euentos en 4.10.48, A' Leg.
de Gw. en 5.10.48.

Rec. no Gal. do Si. Paer. e autografo em 26.1.49

A Comissão de Constituição
e Justiça.

Cx 13.248.

11/10/48



SENADO FEDERAL

PROJETO

Aprovado em 2ª dis-
cussão. A' Com. Red. Leis N.º 9, de 1948.
em 3.11.48

Publicado em 6/2/48

(Redação final do Anteprojeto de Lei n. 2,
de 1948, da Comissão Mista de Leis Complementares).

Estabelece normas para a concessão de
assistência judiciária aos necessita-
dos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O poder público federal e estadual
concederá assistência judiciária aos necessitados nos termos
da presente lei.

Art. 2º - Gozarão dos benefícios desta lei os
nacionais ou estrangeiros residentes no país que necessitarem
recorrer à justiça penal, civil, militar ou do trabalho.

Parágrafo único - Considera-se necessitado, pa-
ra os fins legais, todo aquêle cuja situação econômica não lhe
permita pagar as custas do processo e os honorários de advoga-
do, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

Art. 3º - A assistência judiciária compreende
as seguintes isenções:

I - das taxas judiciárias e dos selos;

II - dos emolumentos e custas devidos aos
Juizes, órgãos do Ministério Público e serventúrios da Justi-
ça ;

III - das despesas com as publicações in -

dispensáveis no jornal encarregado da divulgação dos atos oficiais;

IV - das indenizações devidas às testemunhas que, quando empregados, receberão do empregador salário integral, como se em serviço estivessem, com direito regressivo contra o poder público federal, no Distrito Federal e nos Territórios, ou contra o poder público estadual, nos Estados;

V - dos honorários de advogado e peritos.

Art. 4º - A parte que pretender gozar os benefícios da assistência judiciária requererá ao Juiz competente ^{lhes} conceda, tais benefícios, mencionando, na petição, o rendimento ou vencimento que percebe, bem como os encargos próprios e os da família.

Parágrafo único - A petição será instruída por um atestado ^{de} em que conste ser o requerente necessitado, não podendo pagar as despesas do processo. Este documento será expedido, isento de selos e emolumentos, pela autoridade policial ou pelo prefeito municipal.

Art. 5º - O juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, deverá julgá-lo de plano, motivando, ou não, o deferimento.

§ 1º - Deferido o pedido, o juiz determinará que o serviço de assistência judiciária, organizado e mantido pelo Estado, onde houver, indique, no prazo de 48 horas, o advogado que patrocinará a causa do necessitado.

§ 2º - Se no Estado não houver serviço de assistência judiciária por ele mantido, caberá a indicação à Ordem dos Advogados, por suas Seções Estaduais, ou Subseções municipais.

§ 3º - Nos municípios em que não existirem subseções da Ordem dos Advogados do Brasil, o próprio juiz fará a nomeação do advogado que patrocinará a causa do necessi-

tado.

§ 4º - Será preferido para a defesa da causa o advogado que o interessado indicar e que declare aceitar o encargo.

Art. 6º - O pedido, quando formulado no curso da ação, não a suspenderá, podendo o juiz, em face das provas, conceder ou denegar de plano o benefício de assistência. A petição, neste caso, será autuada em separado, apensando-se os respectivos autos aos da causa principal, depois de resolvido o incidente.

Art. 7º - A parte contrária poderá, em qualquer fase da lide, requerer a revogação dos benefícios de assistência, desde que prove a inexistência ou o desaparecimento dos requisitos essenciais à sua concessão.

Parágrafo único - Tal requerimento não suspenderá o curso da ação e se processará pela forma estabelecida no final do art. 6º desta lei.

Art. 8º - Ocorrendo as circunstâncias mencionadas no artigo anterior, poderá o Juiz, ex-offício, decretar a revogação dos benefícios.

Art. 9º - Os benefícios da assistência judiciária compreendem todos os atos do processo até decisão final do litígio, em todas as instâncias.

Art. 10 - São individuais, e concedidos em cada caso ocorrente, os benefícios de assistência judiciária, que se não transmitem ao cessionário de direito e se extinguem pela morte do beneficiário, podendo, entretanto, ser concedidos aos herdeiros que continuarem a demanda e que necessitarem de tais favores na forma estabelecida nesta lei.

Art. 11 - Os honorários de advogado e peritos, as custas do processo, as taxas e selos judiciários serão pagos pelo vencido, quando o beneficiário de assistência for vencedor na causa.

Parágrafo único - Os honorários do advogado serão arbitrados pelo juiz até o máximo de 20% sobre o líquido apurado na execução

da sentença.

Art. 12 - A parte beneficiada pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Se dentro de cinco anos, a contar da sentença final, o assistido não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita.

Art. 13 - Se o assistido puder atender, em parte, às despesas do processo, o juiz mandará pagar as custas, que serão rateadas entre os que tiverem direito ao seu recebimento.

Art. 14 - Os advogados indicados pela assistência ou nomeados pelo juiz, serão obrigados, salvo justo motivo, a critério do juiz, a patrocinar as causas dos necessitados, sob pena de multa de duzentos a mil cruzeiros.

Parágrafo único - As multas previstas neste artigo reverterão em proveito do advogado que assumir o patrocínio da causa.

Art. 15 - São motivos para a recusa do mandato pelo advogado designado ou nomeado:

- 1º - Estar impedido de exercer a advocacia;
- 2º - Ser procurador constituído pela parte contrária ou ter com ela relações profissionais de interesse atual;
- 3º - Ter necessidade de se ausentar da comarca para atender a outro mandato anteriormente outorgado ou para defender interesses próprios inadiáveis;
- 4º - Já haver manifestado por escrito sua opinião contrária ao direito que o necessitado pretende pleitear;
- 5º - Haver dado à parte contrária parecer escrito sobre a contenda.

Parágrafo único - A recusa será solicitada ao juiz, que, de plano, a concederá, temporária ou definitivamente, ou a denegará.

Art. 16 - Se o advogado, ao comparecer em juízo, não exhibir o instrumento do mandato outorgado pelo assistido, o juiz determinará

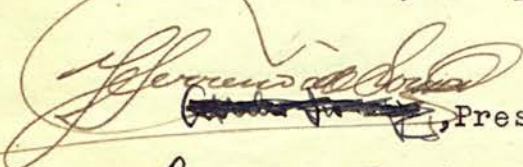
que se exare^m na ata da audiência os termos da referida outorga.

Art. 17 - Caberá recurso de agravo do instrumento das decisões proferidas em consequência de aplicação desta lei, salvo quando a decisão for denegatória da assitência, caso em que o agravo será de petição.

Art. 18 - Os acadêmicos de direito, a partir da 4a. série, poderão ser indicados pela assitência judiciária, ou nomeados pelo juiz para auxiliar o patrocínio das causas dos necessitados, ficando sujeitos às mesmas obrigações impostas por esta lei aos advogados.

Art. 19 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de janeiro de 1948.


~~Presidente~~ Presidente

Leite Neto ,Relator

Américo de Aguiar

Berth Band

Freitas e Castro

Antônio Lacerda

João S.N.

Filinto Müller

Waldemar Pereira

Leandro

Probst

Aepoldo Nasser

Berth Javary

Alde Sampaio

Ministro
João Maciel

Gustavo Capanna
Luzel or Amara
Rameira Bitternott.

Guimarães Gil

Benedicto V. de S. M.



Requerimento

Nº 27, de 1948

Requiro seja retirado da
Ordem do Dia o Projeto nº 9, de
1948, e enviada sobre o mesmo
as Comissões competentes.

S. S. em 13.2.48.

[Assinatura]

Aprovado

Em 13.2.48

[Assinatura]
Vins



SENADO FEDERAL

Nota: - Subscreveram

o parecer 7 Srs.

Senadores, sendo

5 contrários à
emenda;

2 favoráveis

(Sen. Vergílio
Wanderley

" Fereira de Souza)



SENADO FEDERAL

PARECER

N.º 116, de 1948

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL
<div></div>
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO Nº 9, de 1948 .

Pela Comissão de Leis Complementares, foi remetido ao Senado o projeto de lei que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.

Pondo de parte, a alegação dos que julgam inconstitucional, o presente e referido projeto, por ferir a competência estadual, quanto à faculdade de conceder isenção de impostos e taxas constantes do artigo 19 n. VI da Constituição Federal, vemos que o atual projeto, é apenas a regulamentação ou complementação do art. 141 § 35 da mesma constituição, quando determina que "o poder público, na forma que a lei estabelecer, concederá assistência judiciária aos necessitados."

Não se trata de um instituto novo no nosso direito. Quando a competência para legislatr sobre direito adjetivo, era atribuído aos Estados, já vários Códigos consagravam dispositivos referentes à assistência judiciária.

O decreto-lei que criou a Ordem dos Advogados, também tratou do assunto, avocando para si, a concessão desse benefício. E o atual Código do Processo Civil estabeleceu a gratuidade da Justiça para aqueles que não estivessem em condições de pagar as custas do processo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

De forma que já existindo em nosso direito , a assistência judiciária, a determinação constitucional, tem apenas a virtude de provocar uma reforma da legislação referente ao assunto, uma vez que os dispositivos desta, não colidem com o preceito da Constituição.

Desnecessário se torna aqui, salientar os benefícios que a assistência judiciária, traz aos que pretendem fazer efetiva

uma relação de direito e não possuem os meios necessários para o ingresso na lide.

Em um país de grandes contrastes econômicos, como o nosso, onde ao lado do rico nababo, vegetam populações cujo padrão de vida se assemelham aos párias, no campo do judiciarismo, a assistência gratuita, exerce uma função niveladora, determinando até certo ponto a paridade dos litigantes; pode-se dizer mesmo, que sem ela, para certos indivíduos, o jus persecuendi in judicio quod sibi debetur, não passaria de mero platonismo.

O projeto concede o benefício da assistência aos nacionais e aos estrangeiros residentes no país, que não tendo meios, necessitem recorrer à Justiça; não cogitou portanto, da reciprocidade de tratamento do país de origem, como é comum em vários Códigos estrangeiros. Aliás não podia ser de outra forma desde que o art. 141 da Constituição Federal, equiparou nacionais e estrangeiros aqui residentes, na fruição dos direitos civis.

Os necessitados, para os efeitos da lei, são aqueles cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família; a lei não exige para obtenção do benefício, uma franciscana pobreza, ou um estado de absoluta miserabilidade, mas tão somente que o pretendente à assistência, com o onus da sua entrada em Juízo, não se prive dos meios ordinários de sua manutenção.

Aliás, sendo a assistência judiciária, um favor ou um amparo do Estado ao direito do pobre, os seus benefícios são sempre restritos e circunscritos ao que a lei determina, como sejam: taxa judiciária e selos; emolumentos e custas devidos aos juizes, órgãos do Ministério Público e serventuários da Justiça; despesas com publicações indispensáveis; indenizações devidas às testemunhas; honorários de advogados e peritos.

Nos artigos 4º, 5º e 6º o projeto trata do processo de obtenção da assistência que será sempre concedida pelo Juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido; este por sua vez deverá ser sempre instruído com um atestado do delegado de polícia ou do prefeito municipal. A parte pode indicar advogado, cabendo por

(Não aceita ~~feição~~
comunhão) supressiva

Relator

Filipino Miller *reduido quanto à emenda.*
John Miller *contra a emenda.*

Emendas de Plenário

- Nº 1 - Subst. totiva }
" 2 - " } Parecer
" 3 - Supressiva } contrário
" 4 - " }

1ª. discussão



SENADO FEDERAL

Emenda

ao Projeto nº 9, de 1948

Substitu-
tões

Nº 1

Emenda ao Projeto nº 9, assinado
da Comissão Mista de leis comple-
mentares.

Substitua-se pelo o art. 11 pelo
seguinte: Art 11 - As custas do pro-
cesso devidas aos advogados, ~~aos~~
~~assistidos~~, aos peritos e aos ser-
vuários de justiça não remunera-
dos pelos cofres públicos serão
pagas por estes, ~~pagas~~ ~~correndo~~ a cujas
expensas correm também as ~~ta~~
~~infundadas~~ ~~correntes~~ das taxas e pelos judi-
ciários, quando vencido o beneficiário
da assistência judiciária.
Justificação

Não é justo que a parte vencida
seja imposta a obrigação de arcar
com as despesas decorrentes de hono-
rários, custas e selos, a menos que
a vida não seja considerada temera-
ria a libe por ela proposta, ou
que seja condenada pela prática



de atos ilícitos. Não é possível,
que se imponha a particular a
obrigação de arcar com as despe-
sas decorrentes de uma assistência
que a constituição determinou
seja concedida pelo poder público.
(Constituição, art 141, § 35) E como não
é concebível, ^{por outro lado,} ~~que se imponha~~
~~sobre os profissionais~~ que se obrigarem
os profissionais e funcionários fo-
renses não remunerados pelo governo,
a prestação de serviços gratuitos, é
óbvio que os cofres públicos devem
satisfazer as referidas despesas.

S. do Sessão, 2-9-48

Davio Lemos

EMENDA Nº..... AO PROJETO Nº 9, de 48.

Nº 2

No artigo 11:-

Substitua-se pelo seguinte:

"Quando o beneficiário da assistência judiciária for vencido na causa, os emolumentos e custas devidos aos juizes, órgão do ministério público, curadores e serventuários de Justiça; as despesas com as publicações indispensáveis, feitas em jornais não oficiais; as indenizações devidas às testemunhas, quando empregados de empresas particulares; e os honorários dos peritos - serão pagos pela Fazenda Federal, se a causa for ajuizada na Justiça do Distrito Federal ou dos Territórios, na Justiça Militar ou do Trabalho, e pelos Estados, quando processada nas respectivas Justiças.

-§ 1º:- Também serão pagos pela União ou pelos Estados, na forma deste artigo as custas e os honorários dos advogados do assistido, vencedor ou vencido, salvo se a sentença dispuser diversamente.

-§ 2º:- Os honorários do advogado serão fixados por meio de arbitramento.

-§ 3º:- Para pagamento dos débitos a que se refere o presente artigo, as dotações orçamentárias serão consignadas ao Poder Judiciário na forma estabelecida no § único do artigo 204 da Constituição Federal."

JUSTIFICAÇÃO.-

1º:- A Constituição Federal, no § 35 do artigo 141, impõe ao Poder Público a obrigação de conceder assistência judiciária aos necessitados. Como está redigido o Projeto, não é o Poder Público quem dá a assistência e, sim, os funcionários da Justiça, advogados e peritos, que ficarão privados da justa remuneração do seu trabalho. O cumprimento fiel do preceito constitucional só se poderá verificar com a indenização pela União e pelos Estados dos emolumentos, custas e honorários.

O disposto no artigo 11 nada exprime, porque o vencido é normalmente condenado ao pagamento de todas as despesas judiciais. O projeto, entretanto, silencia sobre o pagamento dessas despesas quando vencido é o assistido. A emenda resolve o caso com a indenização por parte das entidades a quem a Constituição deu o encargo da assistência.

2º:- O vencido só está obrigado ao pagamento dos honorários do advogado do vencedor, quando incorre no caso do artigo 63 do Código do Processo Civil. Esse pagamento é uma pena imposta à parte que procedeu dolosamente no decurso do processo. Seria gravíssima injustiça impôr-se essa penalidade a quem agiu com lisura, mas atendendo-se apenas à circunstância de ser o seu contendor pessoa necessitada.

3º:- As custas, emolumentos e demais despesas judiciárias, vêm incluídas nas sentenças. Quando o seu pagamento, por força deste dispositivo legal couber a União ou ao Estado, a sua execução deverá obedecer a mesma forma e ter as mesmas garantias asseguradas aos credores dessas entidades por força de sentença. Daí o paragrafo terceiro determinar a aplicação à espécie do artigo 204 da Constituição Federal.

4º:- Não ha razão para se estabelecer limite máximo aos honorários quando a lei manda que eles sejam arbitrados.

S.S.do Senado Federal, em 2 de Setembro de 1948.


João Villasbôas.

Supressiva

EMENDA Nº...³... AO PROJETO Nº.9, de 48

Ao artigo 14:-

Suprima-se o paragrafo único.

JUSTIFICAÇÃO.-

A finalidade das multas vem estabelecida em diversas leis, não havendo motivo algum que justifique sejam as aplicadas aos advogados que recusarem seu patrocínio à causa de necessitado, atribuídas, ao advogado que assumir esse patrocínio.

S.S.do Senado Federal, em 2 de Setembro de 1948.


João Villasbôas.

EMENDA Nº...⁴... ao PROJETO Nº.9, de 48.

Supressiva

Ao artigo 18:-

-Suprimam-se as palavras:- "ficando sujeitos às mesmas obrigações impostas por esta Lei aos advogados".

JUSTIFICAÇÃO.-

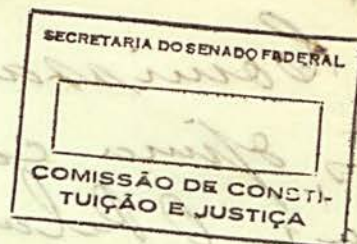
Os encargos aí atribuídos aos acadêmicos devem ser de aceitação voluntária. A sua admissão no exercício da advocacia é uma vantagem que se lhes oferece e não uma obrigação. Entre eles ha os que se destinam a outras carreiras que não a da advocacia e, por isso mesmo, podem recusar a prática forense. Não lhes cabendo as vantagens conferidas ao advogado, não lhe é lícito impôr iguais obrigações.

S.S.do Senado Federal, em 2 de Setembro de 1948.


João Villasbôas.

Tarecer
Nº 1153, de 1948

Projeto nº 9, de 1948



Emendas ao projeto nº 9, da Comissão Mixta de Leis Complementares.

Nº 1 ao art. 11, substitutiva.

Somos contra a sua aprovação; as custas do processo, despesas com peritos, selos, etc., são pagas pelo vencido, de acordo com a sentença que o condena. A emenda não prevê o caso do assistido ser o vencido, hipótese em que a mesma teria cabimento.

Emenda nº 2, ao art. 11

Somos pela sua aprovação; é justo que os emolumentos e custas do processo, sejam pagos pela Fazenda Pública, quando o assistido é vencido no feito. Vencedor o assistido, a parte contrária paga as despesas; vencido, só o Estado poderá efetuar-las, sob pena de, êsse onus recair sobre funcionários a quem não assiste obrigações de dar assistência a causa atribuída ao Poder Público.

Emenda nº 3, ao art. 14

Somos ~~contra~~ ^{pela} a sua aprovação; atribuir as multas ao advogado que aceitar o patrocínio da causa, é um estímulo, para quem aceita tal encargo.

Emenda nº 4, ao art. 18

Somos pela sua aprovação; aos acadêmicos, não se podem exigir obrigações impostas aos advogados.

Sala das Comissões, em de setembro de 1948,

Lúcio Wanderley - Relator

Aditamento ao parecer.

A Comissão, por maioria de vo-
tos, opina contrariamente às emen-
das. O Relator, entretanto, decla-
ra-se unânime quanto às de num-
ros 2 e 4.

4-10-48
Wacziargos, Roberto - Vice-Presidente
Guimarães

Antônio Lauth

Helmuth

Filipe Müller
Leandro

Stoyanek

4-10-48
1818

Requerimento

N.º 168, de 1948

Requer a votação em glob
e projeto 9, de Suar

J. S. 25.X. 948

Juan de Suar

Prova 2

ATA



SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS.



PARECER

Aprovado. A' Camara N.º 6, de 1949
dos deputados.

Em 24.1.49

Redação final do projeto de lei
nº 9, de 1948!

[Assinatura manuscrita]

A Comissão junta (fls. anexas) a redação final
do projeto de lei nº 9, de 1948.

Sala da Comissão de Redação de Leis, em 19 de
Janeiro de 1949.

Clodomir Cardoso
Clodomir Cardoso Presidente

Ribeiro Gonçalves
Ribeiro Gonçalves Relator

Leandro de Vasconcelos

Waldemar Leves



REDAÇÃO FINAL DO PROJETO n. 9, de 1948.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º - O poder público federal e estadual concederá assistência judiciária aos necessitados nos termos da presente lei.

Art. 2º - Gozarão dos benefícios desta lei os nacionais ou estrangeiros residentes no país que necessitarem recorrer à justiça penal, civil, militar ou do trabalho.

Parágrafo único - Considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

Art. 3º - A assistência judiciária compreende as seguintes isenções:

- I - das taxas judiciárias e dos selos;
- II - dos emolumentos e custas devidos aos Juizes, órgãos do Ministério Público e serventuários da Justiça;
- III - das despesas com as publicações indispensáveis no jornal encarregado da divulgação dos atos oficiais;
- IV - das indenizações devidas às testemunhas que, quando empregados, receberão do empregador salário integral, como se em serviço estivessem, ressalvado o direito regressivo contra o poder público federal, no Distrito Federal e nos Territórios, ou contra o poder público estadual, nos Estados;
- V - dos honorários de advogado e peritos.

Art. 4º - A parte que pretender gozar os benefícios da assistência judiciária requererá ao Juiz competente lhos conceda, mencionando, na petição, o rendimento ou vencimento que



percebe, bem como os encargos próprios e os da família.

Parágrafo único - A petição será instruída por um atestado de que conste ser o requerente necessitado, não podendo pagar as despesas do processo. Este documento será expedido, isento de selos e emolumentos, pela autoridade policial ou pelo prefeito municipal.

Art. 5º - O juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, deverá julgá-lo de plano, motivando, ou não, o deferimento.

§ 1º - Deferido o pedido, o juiz determinará que o serviço de assistência judiciária, organizado e mantido pelo Estado, onde houver, indique, no prazo de 48 horas, o advogado que patrocinará a causa do necessitado.

§ 2º - Se no Estado não houver serviço de assistência judiciária por êle mantido, caberá a indicação à Ordem dos Advogados, por suas Secções Estaduais, ou Subsecções municipais.

§ 3º - Nos municípios em que não existirem subsecções da Ordem dos Advogados do Brasil, o próprio juiz fará a nomeação do advogado que patrocinará a causa do necessitado.

§ 4º - Será preferido para a defesa da causa o advogado que o interessado indicar e que declare aceitar o encargo.

Art. 6º - O pedido, quando formulado no curso da ação, não a suspenderá, podendo o juiz, em face das provas, conceder ou denegar de plano o benefício de assistência. A petição, neste caso, será autuada em separado, apensando-se os respectivos autos aos da causa principal, depois de resolvido o incidente.

Art. 7º - A parte contrária poderá, em qualquer fase da lide, requerer a revogação dos benefícios de assistência, desde que prove a inexistência ou o desaparecimento dos requisitos essenciais à sua concessão.

Parágrafo único - Tal requerimento não suspenderá o curso da ação e se processará pela forma estabelecida no final

do art. 6º desta lei.

Art. 8º - Ocorrendo as circunstâncias mencionadas no artigo anterior, poderá o Juiz, ex-offício, decretar a revogação dos benefícios.

Art. 9º - Os benefícios da assistência judiciária compreendem todos os atos do processo até decisão final do litígio, em todas as instâncias.

Art. 10 - São individuais, e concedidos em cada caso ocorrente, os benefícios de assistência judiciária, que se não transmitem ao cessionário de direito e se extinguem pela morte do beneficiário, podendo, entretanto, ser concedidos aos herdeiros que continuarem a demanda e que necessitarem de tais favores na forma estabelecida nesta lei.

Art. 11 - Os honorários de advogado e peritos, as custas do processo, as taxas e selos judiciários serão pagos pelo vencido, quando o beneficiário de assistência for vencedor na causa.

Parágrafo único - Os honorários do advogado serão arbitrados pelo juiz até o máximo de 20% sôbre o líquido apurado na execução da sentença.

Art. 12 - A parte beneficiada pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Se dentro de cinco anos, a contar da sentença final, o assistido não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita.

Art. 13 - Se o assistido puder atender, em parte, às despesas do processo, o juiz mandará pagar as custas, que serão rateadas entre os que tiverem direito ao seu recebimento.

Art. 14 - Os advogados indicados pela assistência ou nomeados pelo juiz, serão obrigados, salvo justo motivo, a cri-



tério do juiz, a patrocinar as causas dos necessitados, sob pena de multa de duzentos a mil cruzeiros.

Parágrafo único - As multas previstas neste artigo reverterão em proveito do advogado que assumir o patrocínio da causa.

Art. 15 - São motivos para a recusa do mandato pelo advogado designado ou nomeado:

- 1º - Estar impedido de exercer a advocacia;
- 2º - Ser procurador constituído pela parte contrária ou ter com ela relações profissionais de interesse atual;
- 3º - Ter necessidade de se ausentar da comarca para atender a outro mandato anteriormente outorgado ou para defender interesses próprios inadiáveis;
- 4º - Já haver manifestado por escrito sua opinião contrária ao direito que o necessitado pretende pleitear;
- 5º - Haver dado à parte contrária parecer escrito sobre a contenda.

Parágrafo único - A recusa será solicitada ao juiz, que, de plano, a concederá, temporária ou definitivamente, ou a denegará.

Art. 16 - Se o advogado, ao comparecer em juízo, não exhibir o instrumento do mandato outorgado pelo assistido, o juiz determinará que se exarem na ata da audiência os termos da referida outorga.

Art. 17 - Caberá recurso de agravo do instrumento das decisões proferidas em consequência de aplicação desta lei, salvo quando a decisão for denegatória da assistência, caso em que o agravo será de petição.

Art. 18 - Os acadêmicos de direito, a partir da 4a.



série, poderão ser indicados pela assistência judiciária, ou nomeados pelo juiz para auxiliar o patrocínio das causas dos necessitados, ficando sujeitos às mesmas obrigações impostas por esta lei aos advogados.

Art. 19 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

41

28 de janeiro de 1949

Excelentíssimo Senhor Deputado Munhoz da Rocha
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de que se digne submeter à consideração da Câmara dos Deputados, o incluso autógrafo do Projeto do Senado que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha distinta consideração.

Projeto 9/48



SECRETARIA DO SENADO FEDERAL
SEÇÃO DE PROTOCOLO

FICHADO

FEV 17 1950

Câmara dos Deputados

Rio de Janeiro, em 16 fevereiro de 1950.

Nº 177

Encaminha autógrafo
do Projeto de Lei
nº 1 433-B, de 1949,
sancionado.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Os poderes públicos federal e estadual concederão assistência judiciária aos necessitados nos termos da presente lei.

Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de transmitir a Vossa Excelência, para os devidos fins, o incluso autógrafo do Projeto de Lei nº 1 433-B, de 1949, sancionado pelo Senhor Presidente da República, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha distinta consideração.

Art. 3º. A assistência judiciária compreende as seguintes situações:

I - das taxas judiciárias;

II - dos emolumentos e custas;

III - dos honorários dos advogados, órgãos do Ministério Público e

MUNHOZ DA ROCHA

1º Secretário.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Georgino Avelino,
Primeiro Secretário do Senado Federal.

BP/HRP.

mb

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sancionado 5.2.50
Emin. G. Dutra
O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Os poderes públicos federal e estadual concederão assistência judiciária aos necessitados nos termos da presente lei.

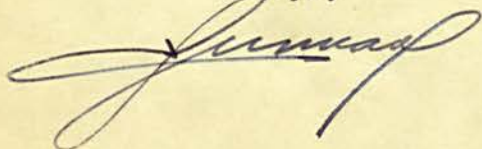
Art. 2º. Gozarão dos benefícios desta lei os nacionais ou estrangeiros residentes no país, que necessitarem recorrer à Justiça penal, civil, militar ou do trabalho.

Parágrafo único- Considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquêle cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

Art. 3º. A assistência judiciária compreende as seguintes isenções:

I - das taxas judiciárias e dos selos;

II - dos emolumentos e custas devidos aos Juizes, órgãos do Ministério Público e serventuários da Justiça;



urb



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 2 -

III - das despesas com as publicações indispensáveis no jornal encarregado da divulgação dos atos oficiais;

IV - das indenizações devidas às testemunhas que, quando empregados, receberão do empregador salário integral, como se em serviço estivessem, ressalvado o direito regressivo contra o poder público federal, no Distrito Federal e nos Territórios, ou contra o poder público estadual, nos Estados;

V - dos honorários de advogado e peritos.

Art. 4º. A parte, que pretender gozar os benefícios da assistência judiciária, requererá ao Juiz competente lh'os conceda, mencionando, na petição, o rendimento ou vencimento que percebe e os encargos próprios e os da família.

§ 1º. A petição será instruída por um atestado de que conste ser o requerente necessitado, não podendo pagar as despesas do processo. Este documento será expedido, isento de selos e emolumentos, pela autoridade policial ou pelo Prefeito municipal.

§ 2º. Nas capitais dos Estados e no Distrito Federal, o atestado da competência do Prefeito poderá ser expedido por autoridade expressamente designada pelo mesmo.

unb

- 3 -

Art. 5º. O Juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, deverá julgá-lo de plano, motivando ou não o deferimento dentro do prazo de setenta e duas horas.

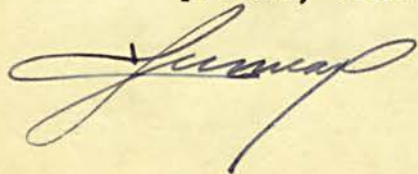
§ 1º. Deferido o pedido, o Juiz determinará que o serviço de assistência judiciária, organizado e mantido pelo Estado, onde houver, indique, no prazo de dois dias úteis, o advogado que patrocinará a causa do necessitado.

§ 2º. Se no Estado não houver serviço de assistência judiciária por êle mantido, caberá a indicação à Ordem dos Advogados, por suas Secções Estaduais, ou Subsecções Municipais.

§ 3º. Nos municípios em que não existirem Subsecções da Ordem dos Advogados do Brasil, o próprio Juiz fará a nomeação do advogado que patrocinará a causa do necessitado.

§ 4º. Será preferido para a defesa da causa o advogado que o interessado indicar e que declare aceitar o encargo.

Art. 6º. O pedido, quando formulado no curso da ação, não a suspenderá, podendo o Juiz, em face das provas, conceder ou denegar de plano o benefício de as



aut



CAMARA DOS DEPUTADOS

- 4 -

assistência. A petição, neste caso, será autuada em separado, apensando-se os respectivos autos aos da causa principal, depois de resolvido o incidente.

Art. 7º. A parte contrária poderá, em qualquer fase da lide, requerer a revogação dos benefícios de assistência, desde que prove a inexistência ou o desaparecimento dos requisitos essenciais à sua concessão.

Parágrafo único. Tal requerimento não suspenderá o curso da ação e se processará pela forma estabelecida no final do artigo 6º desta lei.

Art. 8º. Ocorrendo as circunstâncias mencionadas no artigo anterior, poderá o Juiz, ex-offício, decretar a revogação dos benefícios, ouvida a parte interessada dentro de quarenta e oito horas improrrogáveis.

Art. 9º. Os benefícios da assistência judiciária compreendem todos os atos do processo até decisão final do litígio, em todas as instâncias.

Art. 10. São individuais e concedidos em cada caso ocorrente os benefícios de assistência judiciária, que se não transmitem ao cessionário de direito e se extinguem pela morte do beneficiário, podendo, entretanto, ser concedidos aos herdeiros que continuarem a demanda e que necessitarem de tais favores, na forma estabelecida

Sumar

anh



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 5 -

nesta lei.

Art. 11. Os honorários de advogado e peritos, as custas do processo, as taxas e selos judiciários serão pagos pelo vencido, quando o beneficiário de assistência fôr vencedor na causa.

§ 1º. Os honorários do advogado serão arbitrados pelo Juiz até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o líquido apurado na execução da sentença.

§ 2º. A parte vencida poderá acionar a vencedora para reaver as despesas do processo, inclusive honorários do advogado, desde que prove ter a última perdido a condição legal de necessitada.

Art. 12. A parte beneficiada pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a paga-las, desde que possa fazê-lo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Se dentro de cinco anos, a contar da sentença final, o assistido não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita.

Art. 13. Se o assistido puder atender, em parte, as despesas do processo, o Juiz mandará pagar as custas que serão rateadas entre os que tiverem direito ao seu recebimento.

Art. 14. Os advogados indicados pela assistên

aula



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 6 -

assistência ou nomeados pelo Juiz serão obrigados, salvo justo motivo, a critério do Juiz, a patrocinar as causas dos necessitados, sob pena de multa de \$ 200,00 (duzentos cruzeiros) a \$ 1.000,00 (mil cruzeiros).

Parágrafo único. As multas previstas neste artigo reverterão em proveito do advogado que assumir o patrocínio da causa.

Art. 15. São motivos para a recusa do mandato pelo advogado designado ou nomeado:

- 1º- estar impedido de exercer a advocacia;
- 2º- ser procurador constituído pela parte contrária ou ter com ela relações profissionais de interesse atual;
- 3º- ter necessidade de se ausentar da sede do Juízo para atender a outro mandato anteriormente outorgado ou para defender interesses próprios inadiáveis;
- 4º- já haver manifestado por escrito sua opinião contrária ao direito que o necessitado pretende pleitear;
- 5º- haver dado à parte contrária parecer escrito sobre a contenda.

Parágrafo único. A recusa será solicitada ao

Juiz, que, de plano, a concederá, temporária ou definitivamente, ou a denegará.

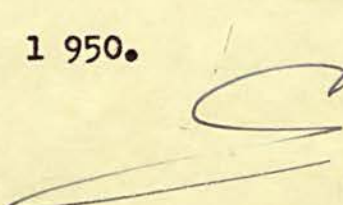
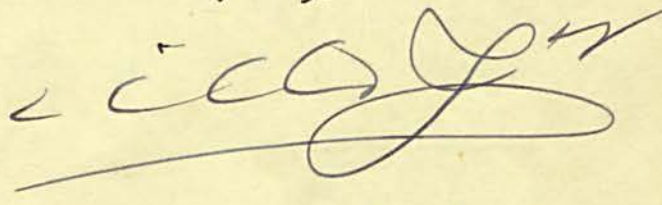

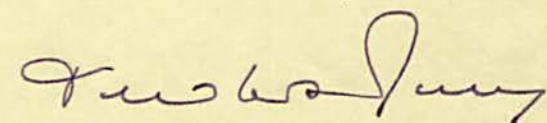
Art. 16. Se o advogado, ao comparecer em juízo, não exhibir o instrumento do mandato outorgado pelo assistido, o Juiz determinará que se exarem na ata da audiência os termos da referida outorga.


Art. 17. Caberá recurso de agravo de instrumento das decisões proferidas em consequência de aplicação desta lei, salvo quando a decisão fôr denegatória da assistência, caso em que o agravo será de petição.

Art. 18. Os acadêmicos de direito, a partir da 4ª série, poderão ser indicados pela assistência judiciária, ou nomeados pelo Juiz para auxiliar o patrocínio das causas dos necessitados, ficando sujeitos às mesmas obrigações impostas por esta lei aos advogados.

Art. 19. Esta lei entrará em vigor trinta dias depois da sua publicação no Diário Oficial da União, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM 31 DE JANEIRO DE 1950.


BP/HRP.



SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE ARQUIVO
SEÇÃO DE ARQUIVO HISTÓRICO

TERMO DE ARQUIVAMENTO Projeto de Lei do Senado
nº 9/1948 no SF.

O presente documento com 31 folhas foi transferido da Seção de Arquivo de Proposições, nos termos do art. 98 do Regulamento do Senado Federal.

Subsecretaria de Arquivo, 14 de junho de 1976

Helena Isnard Sarres de Almeida

Helena Isnard Sarres de Almeida
Sub - Chefe da Seção de Arquivo Histórico

Está classificado e fichado. Submeto à consideração do Sr. Diretor, com as fichas incluídas, devidamente datilografadas.

Subsecretaria de Arquivo, 14 de junho de 1976

Lúcia Abreu Flagemoolts

Lúcia Abreu Flagemoolts
Chefe da Seção de Arquivo Histórico

ARQUIVE-SE

Em 23/6 /1976

Luís S. de Albuquerque, Filho
Diretor do Arquivo

